

A CIENTIFICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A SCIENCE OF ADMINISTRATION

*Janice Alexandra da Costa Manuel¹
Luísa da Anunciação David António²*

RESUMO: Na área da administração regularmente novas abordagens surgem e testes são realizados por pesquisadores para determinar se esta pode ser considerada uma ciência. Assim sendo, o presente ensaio teórico tem como objetivo repensar a Administração enquanto campo científico. Utilizando-se de análise do pensamento de diversos autores sobre o assunto, por meio de levantamento bibliográfico. A través das reflexões apresentadas nesse ensaio teórico é possível afirmar que a administração é uma ciência pelo facto de ser possível de ser falseada segundo os critérios de Popper, por contribuir para a construção do conhecimento científico por meio do rigor metodológico empregado pelas pesquisas, por reunir critérios da ciência paradigmática de Thomas Kuhn e pela posição relativista de Feyerabend e Chalmers que nega a existência de algum critério absoluto de demarcação do que seja científico ou não.

Palavra-chave: Ciência Natural e Social; Karl Popper; Thomas Kuhn; Imre Lakatos; Chalmers e Feyerabend; Cientificidade da administração.

ABSTRACT: In the area of the Administration regularly new approaches emerge and tests are conducted by researchers to determine whether this can be considered a science. Therefore, the present theoretical essay aims to rethink the administration while scientific field. Using the analysis of the thought of various authors on the subject, through bibliographical survey. Through the reflections presented in this theoretical test is possible to say that the Administration is a science because it is possible to be distorted according to the criteria of Popper, contributes to the construction of scientific knowledge through methodological rigour employed by research, by gathering criteria of science Thomas Kuhn's paradigm and the relativist position of Feyerabend and Chalmers that denies the existence of any absolute criterion of demarcation of what is scientific or not.

Keywords: Natural and Social Science; Karl Popper; Thomas Kuhn; Imre Lakatos; Chalmers and Feyerabend; Scientific theories of management.

1 INTRODUÇÃO

Na comunidade científica, novas abordagens surgem e testes são realizados por pesquisadores para comprovar a cientificidade da administração. Por um lado, isso se deve ao fato de se tratar de uma ciência social, sua aproximação com o mundo organizacional e a predominância de teorias 'emprestadas' de outras áreas do saber. Neste sentido, Dufor (1992) aborda que a administração não é uma

¹Doutoranda em administração-PUCPR E-mail: janicealexandram@hotmail.com

²Doutoranda em administração-PUCPR E-mail: luisa.daanunciacao@gmail.com

ciência e sim uma aplicação de muitas outras ciências como a economia, psicologia, sociologia, matemática aplicada entre outras. Porém, os critérios de demarcação de Karl Popper, Thomas Kuhn e Imre Lakatos, Chalmers e Feyerabend, apresentam contribuições para a cientificidade da administração, uma vez que, os autores avaliam a ciência considerando diferentes perspectivas que contribuem para o conhecimento científico. Karl Popper parte da indução valorizando o experimento científico empírico e que as teorias, para serem consideradas científicas, devem ser testadas empiricamente.

Na perspectiva de Thomas Kuhn o método mais adequado para analisar se determinado fenômeno é científico ou não é o dedutivo, ressaltando que a lógica em se analisar o fenômeno é mais importante do que o próprio teste empírico. Imre Lakatos por sua vez, salienta aspectos compartilhados pelas duas visões. Porém, na visão de Chalmers concordando Karl Popper um requisito básico para fazer parte da ciência é que hipótese deve ser falseável. Chalmers (1993) descreve que de acordo com o falsificacionismo a “ciência progride por tentativa e erro, por conjecturas e refutações, apenas as teorias mais adaptativas sobrevivem [...] embora não se possa afirmar que uma teoria é verdadeira, pode-se dizer que ela é a melhor disponível”.

Feyerabend defende que a ciência deve visar a felicidade e o bem-estar dos homens. Esse deve ser o critério fundamental de sua avaliação. Assim sendo, através desse estudo busca-se apresentar a cientificidade da administração. A relevância desta proposta consiste em razão da contribuição no âmbito teórico acadêmico, visando suprir a escassez de bibliografia neste domínio e, também, contribuir para futuras abordagens sobre a cientificidade da administração.

Esta pesquisa encontra-se estruturada em 3 seções além desta introdução: (ii) a segunda aborda a revisão teórica; (iii) a terceira as considerações finais acerca do trabalho realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS DE KARL POPPER, THOMAS KUHN, IMRE LAKATOS, CHALMERS E FEYERABEND SOBRE O CONHECIMENTO CIENTIFICO.

2.1 KARL POPPER E O FALSEACIONISMO

Karl Popper foi um dos filósofos que contribuiu significativamente para o pensamento epistemológico do século XX. Popper critica a filosofia do positivismo lógico desenvolvida pelo Círculo de Viena. O Círculo de Viena defendia o princípio do verificacionismo que tem como princípio básico a ideia de Verdade, ou seja, algo que se estabiliza em determinado momento (FREIRE e MAIA, 1998). Não concordando com essa concepção, Popper propõe o que chama de “falsificacionismo”. Segundo o autor para uma teoria ser considerada científica deve ser possível de ser falseável. As especulações necessitam de comprovação, realizadas pela observação e pela experimentação, de modo que, as que não superam as provas, devem ser substituídas por outras. Popper (1975) menciona que as observações feitas no passado permitem a acreditação de acontecimentos no futuro, entretanto as observações a respeito dos fatos pressupõem a utilização de um olhar teórico anterior (POPPER, 1980) tendo como base a teoria.

Assim, a nova teoria deve ser capaz de suprir a teoria anterior refutada em seu poder de explicação e, além disso, ser superior no intuito de complementar com explicações naquilo que a anterior não explica (POPPER, 1975). É papel do teórico avaliar o desenvolvimento da nova teoria, de submetê-la a novos testes, pois a mesma ainda pode ser falsa, assim o pesquisador tenta realizar reflexões sobre situações nas quais essa teoria pode falhar. Baseada nesse princípio, uma teoria somente é considerada científica se ela é falsificável, ou seja, se oferece condições empíricas para testar sua possível falsidade (CHALMERS, 1993).

Nesse sentido, não se pode afirmar que uma teoria é verdadeira e sim, indicar que dentre as teorias existentes, uma das que se caracteriza por apresentar o melhor poder de explicação para os fenômenos investigados (POPPER, 1975). O progresso da ciência acontece em tentativas de ensaio e erro e de hipóteses e refutações. A ciência progride inicialmente por acumulação do conhecimento e, em um segundo momento pela substituição em termos de conteúdo do conhecimento (HATCH, 1997). Uma teoria pode ser considerada como “boa” se suas afirmações sobre determinado fenômeno, após ser testada, apresente resistência à falsificação. Popper (1975) expõe que quando os cientistas descobrem que determinada especulação é tida como falsa, há nesse processo o aprendizado do cientista sobre a verdade, de forma que é por meio dos erros que se aprende e que a ciência progride.

O processo científico se inicia a partir de problemas, os quais estão relacionados a compreensão e explicação de algum comportamento ou aspecto do mundo (POPPER, 1975). Mediante a isso, o cientista sugere hipóteses falsificáveis com o objetivo de solucionar os problemas propostos e, essas hipóteses são sujeitadas a novas críticas e a testes. Hipóteses que não resistem a esse processo devem ser eliminadas enquanto que, as demais que obtiveram êxito deverão ser submetidas a testes com maior rigor. Popper (1980) complementa que o *status* científico de uma teoria é adquirido pela sua capacidade de ser testada ou refutada. Nesse processo, as hipóteses necessitam ser corroboradas pela experimentação e observação de como determinado fenômeno ocorre, ou seja, necessitam ser comprovadas de forma empírica (POPPER, 1975).

Em momentos em que a teoria é corroborada, ou seja, quando superou as tentativas de falsificação, considera-se que esta encontra-se em um *status* de aceitação, mesmo que de forma provisória, pois todo novo teste é uma tentativa de refutá-la (POPPER, 1975). Desta forma, quando uma teoria é aceita, sua posição se torna provisória e encontra-se disponível para realização de novos testes, enquanto que, se a teoria for rejeitada, a mesma deverá ser excluída. Por outro lado, algumas teorias que se revelam falsas, após serem sujeitadas a testes, ainda podem ser sustentadas por seguidores que, por meio de alguma adaptação *ad hoc*, as reinterpretam e as inserem novamente ao processo de refutação (POPPER, 1975).

2.1.2 THOMAS KUHN THOMAS KUHN E OS PARADIGMAS

O filósofo Thomas Samuel Kuhn é um dos pensadores que apresenta significativa contribuição para o conhecimento científico sobre a “A estrutura das revoluções científicas”. Kuhn (2011), sustenta a tese de que a ciência se desenvolve durante certo tempo a partir da aceitação, por parte da comunidade científica, de um conjunto de teses, pressupostos e categorias que formam um paradigma, ou seja, um conjunto de normas e tradições dentro do qual a ciência se move e se orienta. "

Quando um paradigma se encontra vigente, ele faz parte da ciência normal, a qual propaga-o, pois é aceito universalmente, sem a intenção de contrapô-lo, pois nesse estado os paradigmas são guiados por estudos clássicos e por diversos seguidores. Em momentos em que algum fenômeno não explicado pelo paradigma for identificado, não se ignora o paradigma e o fenômeno é visto como uma

anomalia (KUHN, 2011). Entende-se, nessa visão, que nenhum paradigma poderá explicar todos os fenômenos, ou que consiga solucionar todos os problemas da comunidade científica (KUHN, 2011).

Em momentos de crise paradigmática profunda, em que a teoria criada por um cientista sofre alterações nos critérios que determinam sua legitimidade, são questionados os seus métodos, seus padrões científicos e suas soluções (KUHN, 2011). Quando o paradigma entra em crise já não possui suporte suficiente para explicar o que se dispunha a fazer, o paradigma antigo é comparado com o novo e surge a revolução científica (KUHN, 2011).

A substituição de um paradigma vigente demanda um longo processo de alterações, formulações, novos testes empíricos e o desenvolvimento de instrumentos que o expliquem (KUHN, 2011). Ressalta-se, que nesse período, o paradigma não é descartado em sua totalidade, pois, de acordo com Kuhn (2011), “rejeitar um paradigma sem simultaneamente substituí-lo por outro é rejeitar a própria ciência”.

A proposição de revoluções científicas é, geralmente, realizada por cientistas jovens e que estão há pouco tempo no campo, são mais ingênuos e mais fáceis de serem influenciados por seus antecessores (KUHN, 2011). As teorias fornecem a base para as buscas científicas dos pesquisadores de modo que o investigador leva a sua teoria e a defende para explicar determinado elemento, entretanto quando se torna questionável os cientistas adotam novos instrumentos, tendo novas experiências sobre um determinado problema. Quando uma nova teoria é apresentada os cientistas iniciam o processo de aprendizado sobre ela, realizam investigações em suas aplicações, seja por meio da resolução de problemas com o uso de lápis, papel ou de instrumentos de laboratório (KUHN, 2011).

2.1.3 IMRE LAKATOS E OS PROGRAMAS DE PESQUISA CIENTÍFICA

Segundo Lakatos (1979) o avanço do conhecimento científico consiste na permanente substituição de Programas de Investigação Científica Regressivos por Programas de Investigação Progressivos e, de forma subjacente a constante substituição de hipóteses. Os Programas de Pesquisa Científica definem o conjunto de regras que indicam a rota a ser seguida pela investigação numa determinada área do conhecimento e com isso garante a continuidade da pesquisa. O autor tem

algumas restrições a obra de Popper. A principal crítica está relacionada à falsificação imediata de teorias refutadas. Lakatos argumenta que os testes são passíveis de erro, tanto de percepção, como de instrumentos.

As contribuições de Imre Lakatos para a ciência se centram na metodologia dos programas de pesquisa científica e considera, a exemplo de Karl Popper e Thomas Kuhn, que a experiência e os fatos observados continuam sendo os elementos essenciais para o progresso científico (LAKATOS, 1979). De acordo com essa visão, o crescimento da ciência é obtido por meio de programas de pesquisa científica, os quais, consistem em regras metodológicas que oferecem subsídios aos pesquisadores, tanto sobre os caminhos que estes devem trilhar, quanto sobre os que devem ser evitados (LAKATOS, 1979). Nesse sentido, entende-se que os programas de pesquisa são formados por um conjunto de teorias ou hipóteses que são aceitos e compõem o núcleo duro (SILVEIRA, 1996).

O cinturão protetor se relaciona às hipóteses auxiliares, criadas pelo pesquisador, que oferecem resistências aos testes pelos quais o programa é submetido, e assim realizar os devidos ajustes para que o núcleo duro se torne mais forte. A heurística possibilita que pesquisadores modifiquem o cinturão protetor (SILVEIRA, 1996), este último, por sua vez, é composto por hipóteses e teorias auxiliares que protegem e dão sustentação ao núcleo duro. A heurística negativa não permite que qualquer obstáculo, como refutação ou anomalia, declare o núcleo duro falso, ou seja o núcleo do programa se torna irrefutável por decisão metodológica dos cientistas (LAKATOS, 1979). A heurística positiva, por sua vez, consiste num conjunto de sugestões ou palpites sobre o desenvolvimento de variantes refutáveis do programa de pesquisa, oferece a base para modificar e sofisticar o cinto de proteção refutável, e também subsídios para que o cientista não se confunda frente as anomalias (LAKATOS, 1979; SILVEIRA, 1996).

O cientista necessita realizar investigações regulares para que ele possa provar o valor científico do seu programa, dessa forma, há uma antecipação de fatos novos e as teorias auxiliares contribuem para o poder de explicação do programa de pesquisa (LAKATOS, 1979). Nessa visão, quando as hipóteses do pesquisador são corroboradas por meio de observações o programa atinge certo grau de confiabilidade (BRIGGS, 2009).

O progresso da ciência ocorre em algumas situações como: quando os problemas de pesquisa adquirem o caráter progressivo, as teorias conduzem a fatos

novos, uma teoria falseada é substituída por uma nova com alto grau de corroboração (LAKATOS, 1979). Um programa de pesquisa progressivo constitui da presença de novos elementos e um programa recessivo, quando não se descobriu algo novo a ponto de não corroborar com as previsões do pesquisador, ou seja, quando a sua contribuição teórica não acompanha a sua contribuição empírica (SILVEIRA, 1996).

Lakatos (1979) faz alusão a ciência comparando-a com um campo de batalhas, no qual, programas de pesquisa competem muito mais do que apenas teorias isoladas. O autor ressalta que se pode saber pouco sobre como a ciência cresce e se desenvolve e quando o paradigma é uma teoria isolada. Entretanto, se a teoria isolada fizer parte de um programa de pesquisa, ela atinge o patamar de “ciência madura” ao invés de ser considerada apenas um teste de ensaio e erro sendo demarcado como “ciência imatura” (LAKATOS, 1979).

2.1.4 FEYERABEND A EPISTEMOLOGIA ANARQUISTA

Feyerabend (2007), por sua vez, discorda que exista um padrão para o desenvolvimento da Ciência, pois “os eventos, os procedimentos e os resultados que constituem as ciências não têm uma estrutura comum; não há elementos que ocorram em toda investigação científica e não estejam em outros lugares” (FEYERABEND, 2007).

O princípio básico defendido por Feyerabend (2007) entende que a ciência é uma empresa essencialmente anárquica no sentido de que “não há uma só regra, embora plausível e bem fundada na epistemologia, que deixe de ser violada em algum momento”. E essas violações são necessárias para o progresso. Nessa linha, o anarquismo epistemológico de Feyerabend deve ser entendido como oposição a um conjunto único, fixo, de regras – em outras palavras, oposição ao que se pretenda caracterizar como “o método” – não como ser contra todo e qualquer procedimento metodológico. O autor sugere que a criação de hipóteses que contradigam as teorias estabelecidas faz avançar a ciência. Esta concepção aproxima-se da questão da competição dos programas de investigação de Lakatos (1999), porém, na proposta de Feyerabend (2007) as hipóteses criadas são deliberadamente contraditórias às teorias estabelecidas. A construção de teorias alternativas pode ajudar a entender os resultados das provas e, conseqüentemente,

a refutação da teoria original (FEYERABEND, 2007). As teorias refutadas não devem ser descartadas e podem ser tomadas como teorias alternativas, contribuindo para fortalecer as teorias vitoriosas (FEYERABEND, 2007). Esta posição também se aproxima de Lakatos (1999), mas se afasta de Popper (2007). Segundo o autor nenhuma teoria estará de acordo com todos os fatos, se exige isto não se tem teoria alguma, assim, o falsificacionismo (de Popper e Lakatos) não faz nenhum sentido. O cientista deve ser um oportunista e não estar preso a métodos, pois as situações são sempre novas e a ciência é um meio complexo, com desdobramentos surpreendentes que não cabem em procedimentos ou regras estabelecidas, some-se a isso as condições em constante mudança na história (FEYERABEND, 2007). Segundo o autor não existe um conjunto de regras que uma vez obedecidas, necessariamente conduzirão ao progresso da ciência e ao crescimento do conhecimento científico.

2.1.5 CRITÉRIOS DE CHALMERS

A proposta de Chalmers (1993) se aproxima da Feyerabend (2007). O autor propõe os conceitos de meta da ciência e de grau de fertilidade como um critério de controle para o desenvolvimento científico. A construção do conhecimento, segundo o autor, não parte do nada. O início acontece justamente até onde o conhecimento já evoluiu e isto acontece com o uso e aperfeiçoamento dos métodos que se tem à mão. O desenvolvimento da ciência, então, se dá em relação ao que já é conhecido ou aceito e a capacidade de prever novos fenômenos é um sinal de avanço (CHALMERS, 1993).

A meta da ciência proposta por Chalmers (1993) estaria entre o método universal (proposta que acredita que exista um critério único para a ciência) e o relativismo cético (proposta onde se acredita que não existem critérios). A meta da ciência pode ser descrita como a proposta de desenvolvimento da ciência. Neste sentido, o autor alerta que existem outras metas (que não a da ciência) que também são buscadas pela sociedade, esta busca acontece de maneira entrelaçada de forma que pode haver influência de outros objetivos na meta da ciência (distribuição de recursos para pesquisa, escolha de áreas prioritárias pelo governo, etc.). A ciência não é uma atividade praticada isoladamente em relação a outros interesses, porém, “[...] é possível e importante fazer uma distinção entre a meta de produzir o

conhecimento científico e outras metas, e essa distinção é essencial para uma explicação e uma avaliação satisfatória da ciência” (CHALMERS, 1993). Porém, “o simples fato de que a atividade científica não pode ser separada das outras que atendem a outros interesses.

Segundo Chalmers (1993), a meta da ciência defende a ciência do ceticismo radical, pois estabelece critérios para o desenvolvimento da ciência. Porém, o autor esclarece que a meta da ciência não está e nem deveria estar acima dos demais interesses da sociedade, pois “[...] o problema de utilizar equitativamente o conhecimento científico que temos é um problema de urgência maior do que a produção de mais conhecimento científico na sociedade contemporânea” (CHALMERS, 1993). Em sua argumentação, Chalmers (1993) usa o conceito de grau de fertilidade. Segundo o autor o conceito se refere à amplitude de oportunidades para desenvolvimento que uma teoria oferece em um determinado contexto prático ou teórico e às possibilidades reais que uma teoria apresenta, dentro do contexto dos recursos teóricos e experimentais disponíveis. Em relação ao critério de demarcação de ciência do autor, sua posição é bem menos arbitrária que a de Popper (2007), Lakatos (1999) e Kuhn (2007), se aproximando da de Feyerabend (2007). O primeiro argumento é que não existe uma categoria única chamada ciência, pois não é possível defender esta concepção tão geral da ciência. A utilização de categorias gerais para a demarcação da ciência é usada para excluir ou suprimir áreas de estudo. Segundo Chalmers (1993) “os filósofos não têm recursos que os habilitem a legislar a respeito dos critérios que precisam ser satisfeitos para que uma área do conhecimento seja considerada aceitável ou ‘científica’.

O autor sugere que cada área do conhecimento deve ser analisada pelos seus objetivos, os recursos usados para alcançá-los e grau de sucesso obtido (meta da ciência). Isto não indica que não se possam criticar as áreas da ciência, pois, “cada área do conhecimento deve ser julgada pelos próprios méritos, pela investigação dos seus objetivos, e, em que extensão é capaz de alcançá-los. Mais ainda, os próprios julgamentos relativos aos objetivos serão relativos à situação social” (CHALMERS, 1993).

2.3 CIÊNCIA NATURAIS vs CIÊNCIAS SOCIAIS

A ciência tem pretendido definir e esclarecer os enigmas da natureza, para com isso, resolver os problemas da humanidade. Segundo Trujillo Ferrari (1974), ciência é todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigida ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação. Lakatos (1979) explica que a ciência poderia ser comparada com um grande programa de pesquisa, pois ela considera elementos e fatos que possuem um maior conteúdo empírico, de modo que haja um progresso da ciência e novos conhecimentos sejam gerados.

Na visão de Moraes (1988), a ciência não se reduz a experimentos, pelo contrário, é extremamente abrangente e complexa. O experimento científico como critério de cientificidade é ponto fundamental para o desenvolvimento das ciências exatas e biológicas ou da natureza, mais bem representadas pela física e pela biologia (especialmente através de seus desdobramentos disciplinares nas últimas décadas do século XX). Barbier (1990) refere-se à ciência como uma forma especial do conhecimento científico em contraposição a outras formas existentes de conhecimento. Ainda segundo o autor, apesar da ciência se ratar de conhecimentos racionais e reflexivos, não garante a infalibilidade dos mesmos por se tratar de um conhecimento baseado em argumentação e reflexão, sujeito à contínua revisão e correção, ou seja, um conhecimento em permanente estado de elaboração (BARBIER, 1990).

As ciências sociais são consideradas aplicadas na busca de soluções de problemas práticos e assim modificar a realidade. Para Fay e Moon (1994), ciências sociais são ciências no sentido de que tentam desenvolver teorias para explicar interconexões causais ocultas dentre os mais diferentes fenômenos estudados por elas. Mas, de acordo com os autores, isso não significa que elas devam ser comparadas na mesma medida que as ciências naturais, tal como propõe uma visão naturalista ou positivista, o que, invariavelmente, irá colocá-las em uma posição de inferioridade frente às ciências naturais.

Albach (1993) citando David Zeaman destaca que uma das diferenças entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais consiste em que nas Ciências Naturais, desde Newton, uma geração de investigadores se apóia nas investigações desenvolvidas por uma geração precedente, nas Ciências Sociais uma geração abafa a anterior.

A dificuldade que as ciências sociais encontram para atingir determinados critérios de cientificidade adotados nas ciências naturais encontra-se na complexidade de seu objeto de estudo. Ao contrário de outros fenômenos, aqueles que se relacionam ao comportamento humano possuem significações que não aceitam sua transformação em esquemas lógicos e matemáticos (GRANGER, 1994) tal como ocorre nas ciências naturais. Isso se dá porque, conforme Chalmers (1994), o objeto de estudo das ciências sociais é o ser humano “moldado pela sociedade em que vive” enquanto que nas ciências naturais não há implicações em mudar o comportamento do que está sendo medido (POPPER, 1999). Segundo Machlup (1994), o fato de as ciências sociais não possuírem determinada característica não lhes diminui sua utilidade ou importância e às ciências naturais e às ciências sociais: cada uma se propõe a resolver problemas diferentes, em áreas do conhecimento também diferentes.

No que se refere a Administração, Figueiras (1973) justifica a classificação como Ciência Social por que o problema da Administração é analisar e explicar como se procedem as ações humanas.

2.4 CIENTIFICIDADE EM ADMINISTRAÇÃO

A Administração é uma das áreas que têm sua cientificidade muitas vezes questionada. Por um lado, isso se deve ao fato de se tratar de uma ciência social aplicada, e assim trazer para ela própria as discussões que permeiam o campo das ciências sociais como mencionado anteriormente. Contudo, a Administração possui certas particularidades que a tornam ainda mais suscetível às críticas acerca de seu caráter científico, a saber: sua aproximação com o mundo organizacional, a predominância de teorias ‘emprestadas’ de outras áreas do saber e a pluralidade de olhares possíveis para se estudar um mesmo fenômeno.

Segundo Chalmers (1994), cada área do conhecimento deve ser analisada pelos seus objetivos, os recursos usados para alcançá-los e grau de sucesso obtido (meta da ciência). Isto não indica que não se possam criticar as áreas da ciência, pois, “cada área do conhecimento deve ser julgada pelos próprios méritos, pela investigação dos seus objetivos, e, em que extensão é capaz de alcançá-los. Mais ainda, os próprios julgamentos relativos aos objetivos serão relativos à situação social.

Augusto e Walter (2008) argumentam que a dificuldade de a administração ser considerada uma ciência pela academia se deve exatamente ao fato de consistir em uma ciência social. Isso porque as ciências sociais possuem um objeto de estudo mais complexo, o que impossibilita que atinjam critérios de cientificidade baseados nas ciências naturais, como a neutralidade e a objetividade. A esse respeito, Augusto e Walter (2008) destacam que não deveriam ser empregados critérios das ciências naturais para avaliar a cientificidade de uma ciência social como a administração. Assim, esses pesquisadores defendem que a administração pode ser considerada uma ciência e que deveria se preocupar com os critérios de cientificidade que realmente podem ser aplicados a ela ou seja, com a relevância e a validade dos resultados obtidos por meio do rigor metodológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teórico teve como objetivo repensar a Administração enquanto ciência em meio aos constantes questionamentos sobre a sua cientificidade.

As teorias científicas surgem por meio de observações e descobertas por meio de um conjunto de dados empíricos (SILVEIRA, 1996). Torna-se relevante citar que a observação, por si só não produz conhecimento, entretanto se tais observações forem baseadas em teorias ou pressupostos que lhe dão orientação pode-se, a partir disso, considerar sua contribuição com a ciência. O conhecimento prévio do pesquisador, a respeito de como ele visualiza a realidade, contribui para o direcionamento sobre o que observar e em quais objetos direcionar sua atenção (SILVEIRA, 1996). O conhecimento científico é fruto da construção humana que reflete em observar, descrever, compreender e agir sobre a realidade. Administração não possa ser reproduzida, analisada ou observada em laboratório isso não pode ser o fator determinante da cientificidade da área. Uma teoria pode ser considerada como “boa” se suas afirmações sobre determinado fenômeno, após ser testada, apresente resistência à falsificação.

É preciso ressaltar o papel das metodologias utilizadas na pesquisa, dos objetos estudados (que demandam diferentes níveis de rigor e envolvimento científico por parte do pesquisador) e, principalmente, dos resultados alcançados em meio à natureza complexa dos fenômenos estudados pelas ciências da

administração, complexidade esta que estaria sendo negligenciada caso as pesquisas desta área fossem conduzidas sob uma ótica puramente objetiva, não considerando a enorme teia de relações existentes no mundo social.

Verifica-se que grande parte do que se estuda em Administração é, de fato, originário de outras áreas, como a Sociologia, Filosofia, Psicologia, Biologia, Engenharia, dentre outras. Contudo, isso não consistiria em demérito para a Administração enquanto ciência. Pois, a ciência progride inicialmente por acumulação do conhecimento e, em um segundo momento pela substituição em termos de conteúdo do conhecimento (HATCH, 1997). Contudo conclui-se que a administração é uma ciência pelo facto de ser possível de ser falseada segundo os critérios de Popper, por contribuir para a construção do conhecimento científico por meio do rigor metodológico empregado pelas pesquisas, por reunir critérios da ciência paradigmática de Thomas Kuhn e pela posição relativista de Feyerabend e Chalmers que nega a existência de algum critério absoluto de demarcação do que seja científico ou não.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Paulo O. M; WALTER, Silvana A. O status científico da pesquisa em administração. Revista de Negócios, v. 13, n. 4 p. 56-71, out./dez. 2008.
- BARBIERI, J. C. **Produção e transferência de tecnologia**. São Paulo: Editora Ática, 1990
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. Ática, 1995.
- CHALMERS, Alan Francis; FIKER, Raul. **O que é ciência afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DAMKE, Elói Júnior; WALTER, Silvana Anita; DA SILVA, Eduardo Damião. **A Administração é uma Ciência?** Reflexões Epistemológicas acerca de sua Cientificidade. Revista de Ciências da Administração, 2010, 12.28: 127.
- DUFOUR, Bruno. **Management is Not a Science**. WHU 2/92.
- FEYERABEND, P. **Contra o Método**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FOUREZ, Gerard; ROUANET, Luiz Paulo; FOUREZ, Gerard. **A construção das ciências**. Unesp, 1995.
- FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GIOVANNINI, Fabrizio. **A complexidade e o estudo das organizações**: explorando possibilidades. Revista de Administração, São Paulo, 2002, 37.3:66.

GIDDENS, A. O que é ciência social? In:_____. Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e réplicas. Tradução de Roneide Venancio Majer; Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: UNESP, 2001. p. 97-113.

GRANGER, G. G. **A ciência e as ciências**. São Paulo: UNESP, 1994

HATCH, Evelyn Marcussen; LAZARATON, Anne. The research manual: Design and statistics for applied linguistics. New York, NY: **Newbury House Publishers**, 1991.

HESSEN, J. Teoria do conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 10. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LAKATOS, Imre. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Orgs). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979. p. 109-243.

MACHLUP, F. Are the Social Sciences Really Inferior? **Southern Economic Journal**, v. 27, n. 3, 1961, p. 173-184.

MARCONI, M. de A., LAKATOS, E.M. Metodologia Científica. 5. Ed. São Paulo, Atlas, 2008.

MORAIS, Regis de. Filosofia da ciência e da tecnologia. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 1988.

SERVA, Maurício; JAIME JÚNIOR, Pedro. Observação participante pesquisa em administração: uma postura antropológica. Revista de Administração de Empresas, 1995, 35.3: 64-79.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A filosofia da ciência de Karl Popper: o racionalismo crítico. Caderno catarinense de ensino de física. Florianópolis. Vol. 13, n. 3 (dez. 1996), p. 197-218, 1996.

TAFFAREL, Marinês; DA SILVA, Eduardo Damião. A cientificidade da administração em debate. Revista Administração em Diálogo-RAD, 2015, 15.3.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 3ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

Artigo recebido em: Janeiro/2019

Aceito em: Março/2019